

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Rosângela Fernandes Gomes Oliveira¹ - UEA
Monica Dias de Araújo² - UEA

Resumo

A pesquisa intitulada “Os desafios da inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior” aborda um tema que precisa ser difundido, para que os sujeitos com alguma diferença possam ter o ensino igualitário como os demais conforme recomenda as leis de inclusão. Daí, a importância de se fazer um estudo acerca desse tema. O objetivo geral é analisar os principais desafios encontrados pelos estudantes com deficiência no Ensino superior. Objetivos específicos são: (1) identificar as políticas e legislações voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência nesse nível de ensino; (2) destacar os apontamentos de pesquisas sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior; (3) apontar o processo de inclusão no Ensino Superior com bases literárias de autores que trabalham nessa temática; (4) destacar as principais determinações sobre a inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade do Estado do Amazonas. Como procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica e levantamento documental de análise qualitativa. Os principais resultados apontam que a inclusão de fato ainda não ocorre no Ensino Superior, que as políticas públicas não se aplicam na prática, que os estudantes ainda permanecem à margem do ensino na graduação, que grande parte dos professores continuam alienados na sua forma excludente de transmitir o conhecimento de forma mais eficaz e inclusivo, que a universidade ainda não corresponde com sua estrutura física predial acessível para o estudante graduando com deficiência, e esses desafios precisam ser superados para que a inclusão de fato aconteça.

Palavras-chave: Desafios; Inclusão de estudantes; Deficiência; Ensino Superior.

¹Acadêmica do curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas UEA - CEST. Email: gomesdesouzarosangela777@gmail.com

² Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas UEA-CEST e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo de pesquisa EDUCA – Educação em Contextos Amazônicos - CEST/UEA e do grupo de pesquisa, em Inclusão Educacional e Social (GPIES) na Linha, Educação Inclusiva e Processos Educacionais da UERJ. E-mail: mdaraujo@uea.edu.br

Introdução

O interesse por essa pesquisa surgiu ainda nas primeiras aulas teóricas e práticas da disciplina de Libras, do 4º período de Letras, também durante as participações realizadas na monitoria da mesma disciplina, nas práticas junto ao programa de apoio à iniciação científica (PAIC) e ainda, junto ao projeto “Inclusão de Acadêmicos com Necessidades Específicas nos Cursos de Licenciatura de um Centro da Universidade do Estado do Amazonas”- IANE³, que ajudaram na consolidação desse interesse especial pelo tema, dessa forma, sensibilizada pela luta ao direito de inclusão, direito de ser e pertencer, do respeito às diferenças, nasceu a motivação por essa linha de pesquisa.

Outra observação relevante a comentar é que a cada aula estudada, era sempre uma surpresa para a maioria sobre o fator inclusão, acessibilidade e até o estudo das próprias leis que defendem uma educação igualitária para todos. Em vista disso surgiu a seguinte indagação: quais são os principais desafios que os estudantes com deficiência vêm enfrentando no ensino superior?

Essa pesquisa é importante porque possibilita reflexões sobre a inclusão, por meio da pesquisa de autores que trabalham nesse viés e contribui para reforçar o que já vem sendo discutido no nível superior concernente ao acesso de estudantes com deficiência na graduação.

O objetivo geral é analisar os principais desafios encontrados pelos estudantes com deficiência no Ensino superior. Os específicos são: identificar as políticas e legislações voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência nesse nível de ensino; destacar os apontamentos de pesquisas sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior; apontar o processo de inclusão no Ensino Superior com bases literárias de autores que trabalham nessa temática; destacar as principais determinações sobre a inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade do Estado do Amazonas.

Como procedimento metodológico adotamos a pesquisa bibliográfica de obras como: Araújo (2020), Cholant (2020), Figueiredo (2008), Glat (2009), Mantoan (2003). A pesquisa também se embasou a partir de trabalhos que trazem essa mesma discussão, para isso utilizamos alguns artigos e documentos acessíveis ao público. A abordagem escolhida foi a qualitativa, a

³ Projeto de produtividade da professora Monica Dias de Araújo. Participava do projeto os acadêmicos com deficiência, monitores voluntários e aprovados nos Editais de Monitoria. Parte da carga horária destinada para participação no projeto IANE.

respeito disso Flick, (2009) diz “ela não se limita a um só objetivo, porém se estabelece em diferentes aspectos e procedimentos que reforçam discursões e práticas”.

Dessa forma, este trabalho estrutura-se da seguinte maneira: primeiro, apresenta as políticas e legislações voltadas para inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior, segundo, vem os apontamentos sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior, terceiro, segue com o processo de inclusão no Ensino Superior com bases literárias de autores que trabalham nessa temática, concluindo com o quarto que fala sobre as principais determinações sobre a inclusão nos instrumentos de planejamento da Universidade do Estado do Amazonas.

Políticas e Legislações voltadas para Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no Brasil, o atendimento para as pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental⁴; em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff e em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Dessa forma, esse atendimento teve mais significância quando no artigo 205 da Constituição Federal passou a determinar “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 107).

Assim a educação começa a ser contemplada com esse respaldo da Lei como um direito de todos inclusive como dever da família. O estado por sua vez precisa assegurar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência vejamos na LDB nº 9.394/96

⁴ Hoje denominada de deficiência intelectual.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades [...] poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino (BRASIL, 1996, p.25).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, o documento discorre que a educação especial estabelece “A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida[...]” (BRASIL, 1996, p.25). Implica dizer que é muito importante que todos os professores independentemente de quais series estejam aplicando o seu ensino, conheçam informações básicas sobre a inclusão da pessoa com deficiência já que há a possibilidade para a educação dessa clientela de estudantes, em todos os níveis de ensino.

Outra questão importante acerca do aprimoramento profissional que abre portas para inclusão de surdos é a lei 10.436/2002 regulamentada pelo decreto 5.626/2005, e determina o ensino de Libras (Língua de Sinais Brasileira), nos currículos dos cursos superiores, entre outras ações que visam impulsionar a inclusão escolar. “A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior [...] (BRASIL, 2005, p. 01).

O acesso e a acessibilidade do estudante com deficiência ao ensino superior já é uma realidade estabelecida por lei e cabe às universidades, adequarem essas normas aos seus planos pedagógicos. Dentre essas implementações outro documento também vem para respaldar a inclusão do estudante com deficiência, uma vez que existe verbas destinadas a implementação de políticas públicas para que esse aluno tenha maior acesso, ou seja, o Programa Universidade para todos – PROUNI.

regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891 , de 9 de julho de 2004, e dá outras providências [...] como o percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros (BRASIL, 2005, p.02).

As universidades precisam garantir que o estudante com deficiência também possa galgar o espaço que vai além do ensino básico e assegurar que as políticas públicas sejam concretizadas também nesse espaço de ensino mais elevado.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva objetiva assegurar a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visa, também, garantir o acesso ao ensino regular com participação, aprendizagem e

continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior [...] (BRASIL, 2008, p.20).

No artigo um que dispõe do ingresso à universidade determina que as instituições federais de nível superior vinculadas ao Ministério da Educação precisam reservar em cada concurso seletivo para ingresso, “no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” e também para pessoas com deficiência (BRASIL, 2012, p. 01).

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012, p.01)

A educação inclusiva é uma luta que o estado brasileiro realmente abraçou e vem abraçando ao longo dos anos. Nos documentos que determinam as leis a favor dos indivíduos com alguma deficiência observamos que houve vários momentos para serem formulados: reuniões, protestos, encontros, debates, impasses e várias discursões para que aos poucos os ajustes dessas determinações sobre a inclusão fossem chegando ao que temos hoje e ainda há resoluções a serem reparadas. No Plano Nacional da Educação no Brasil, podemos observar,

a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos(as) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico [...] reforça que promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência (BRASIL, 2014, p.72-74).

O Ensino Superior precisa corresponder ao nível de educação igualitária para todos os estudantes que desejam alcançar esses níveis mais elevados. A Constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

acesso aos níveis mais elevados do ensino [...] segundo a capacidade de cada um” (BRASIL, 2014, p. 01).

Os novos documentos em favor da pessoa com deficiência corroboram que as investidas da sociedade que luta pela inclusão são as respostas positivas para alguns dos embates que vêm sendo percorrido ao longo dos tempos. No Capítulo I, Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determina assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Já no Capítulo II, Art. 4º “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidade com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. (BRASIL, 2015, p.23). Isso reforça o grande passo para que a sociedade reconheça esse direito.

Embora se tenha esse novo olhar sobre os direitos das pessoas com deficiência, o histórico de discriminação que se alastra por causa da deformidade cultural de uma sociedade carregada de preconceito ainda é muito forte em nosso país. Certo é que em pleno século XXI ainda existe a falta de informação e muitos mitos sobre a pessoa com deficiência. O pior disso é quando já existe a lei para assegurar o direito de igualdade e ainda aparece o fator discriminatório para dificultar esses direitos. Podemos observar no parágrafo 1º do referido Estatuto que:

considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015, p.24).

Dessa forma, combater a exclusão da clientela de acadêmicos que chegarão com algum diferencial e precisarão ter um ensino que se adeque as suas necessidades cognitivas, ou de mobilidade, ou de linguagem precisa ser uma luta constante para todas as instituições. Nisso reflete a própria norma da Lei. A Lei nº 13409/2016 que altera a Lei 12.711/2012 e acrescenta pessoas com deficiência como grupo de pessoas com direito à reserva de vagas no Ensino Superior.

Percebemos que as universidades vêm se constituindo como e instituições excludentes, seja pela seleção no ingresso, pela localização geográfica que priorizou cidades maiores, seja pelo caráter privado e altos custos, o que negava as esperanças de acesso à grande parte da população. Contudo, há também a expansão do número de instituições de Ensino Superior, de cursos e por conseguinte, de matrículas. E essa garantia abriu portas para mais acesso das pessoas com deficiência, dessa forma as palavras surgem à medida que mudam os moldes dessa

luta por uma educação mais justa, com equidade. Podemos fechar esse texto citando o que diz no marco de ação sobre essa educação igualitária para todos.

por meio da educação é o alicerce de uma agenda de educação transformadora e, assim, comprometemo-nos a enfrentar todas as formas de exclusão e marginalização, bem como disparidades e desigualdades no acesso, na participação e nos resultados de aprendizagem. Nenhuma meta de educação deverá ser considerada cumprida a menos que tenha sido atingida por todos. Portanto, comprometemo-nos a fazer mudanças necessárias nas políticas de educação e a concentrar nossos esforços nos mais desfavorecidos, especialmente aqueles com deficiências, a fim de assegurar que ninguém seja deixado para trás (UNESCO, 2016, p. 06).

O fato é que precisamos realmente fazer valer as metas estabelecidas para que realmente tenhamos uma sociedade mais humana que possa deter o que ainda reside de negativo para que a educação abranja todo aquele que independente de suas diferenças possa ser respeitado e consiga conviver em condições inclusivas.

A partir das políticas e legislações o que se observa é que estão em constantes transformações para melhorar as condições de acesso da pessoa com deficiência no Nível Superior, cabe as instituições de ensino atender essas determinações, bem como a própria sociedade como um todo fiscalizar se o que vem ocorrendo de fato, atende essas determinações e as demandas dos estudantes com deficiência.

Apontamentos sobre o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior

Dentre as pesquisas realizadas foram encontrados inúmeros artigos que tratam da inclusão no Ensino Superior. Porém, seis artigos do banco de teses da CAPES foram selecionados porque chamaram atenção pelos resultados encontrados que evidenciam o lado positivo e os desafios no processo de inclusão neste nível de ensino.

Santana (2013) com o tema “*Atitudes de estudantes universitários frente a alunos com deficiência na UNESP de Presidente Prudente*”, tendo em seu objetivo principal analisar e comparar as atitudes sociais dos estudantes daquele campus em relação à inclusão. Seus resultados concluíram que os alunos com deficiência se sentem incluídos na universidade, tanto por seus pares quanto pelos docentes, mas referem unanimemente que consideram o maior entrave acadêmico a questão da acessibilidade física no campus.

Souza (2014) com o tema “*Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC: a percepção dos alunos com deficiência visual*”, e o objetivo, conhecer a percepção dos alunos da UFC com deficiência visual frente às políticas públicas de inclusão no ensino superior. Como

resultado diz que os alunos têm conhecimento da existência da secretaria de acessibilidade na UFC, inclusive a consideram como essencial para que os mesmos consigam concluir os estudos a cada semestre. Declaram o exame de ingresso como inclusivo, enquanto apontam que a relação com os professores são as que mais comprometem a conclusão dos estudos, gerando em alguns casos reprovação de disciplinas ou até o trancamento das mesmas.

Soares (2014) com o tema *“Inclusão no Ensino Superior: sentidos atribuídos por acadêmicos com deficiência”*, como objetivo analisar os sentidos de inclusão atribuídos pelos acadêmicos com deficiência da Universidade da região de Joinville (UNIVILLE), situada no norte do estado de Santa Catarina, os resultados mostraram que o movimento inclusivo na UNIVILLE tem se constituído como uma expectativa que se deseja alcançar.

Rangel (2015) com o tema, *“Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense: acesso e permanência, possibilidades e desafios”*, seu objetivo principal, investigar o processo de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense - UFF com o propósito de ouvir as experiências dos alunos com deficiência sobre as condições de acessibilidade física e atitudinais nessa instituição. Os resultados apontaram que é necessário ter uma consolidação das políticas de inclusão assim como um diálogo permanente em que os alunos possam ser ouvidos sobre suas principais questões para o favorecimento de uma proposta inclusiva que promova a permanência dos estudantes e um desenvolvimento acadêmico crítico, democrático e emancipador.

Cholant (2016) pesquisou sobre *“A sala de recursos de uma instituição de ensino superior como apoio à inclusão de pessoas com deficiência”*, objetivou identificar como se dá o apoio à inclusão de pessoas com deficiência através da sala de recursos do Centro Universitário Metodista IPA, garantindo assim seu sucesso acadêmico. Dentre as conclusões da pesquisa destaca-se a necessária atenção da instituição em relação à inclusão destes discentes no âmbito educacional de ensino superior, nos aspectos relacionados à acessibilidade, possibilitando sua autonomia conforme as especificidades de sua deficiência; outro aspecto comentado é sobre aceitar-se uma pessoa com deficiência, negação que reflete em sua aprendizagem e em seu relacionamento interpessoal. Finalizando, com a temática sobre seu acesso e permanência neste espaço de ensino, onde o sentir-se acolhido ou não por seus docentes e colegas imprimem nestes alunos sentimentos de inclusão ou de exclusão muitas vezes levando-os a desistir de seus sonhos.

Oliveira (2017) apresentou o tema, *“Práticas pedagógicas e serviços de apoio na Educação Superior: promovendo a permanência do aluno cego”*, com o objetivo de analisar as

práticas pedagógicas de professores universitários atuantes na trajetória inicial de um curso de licenciatura em educação física frente aos desafios demandados para a permanência do estudante com deficiência visual. O resultado permitiu concluir que ainda são necessárias ações mais permanentes para qualificar a prática pedagógica dos professores e deste modo ampliar o acesso ao conhecimento do universitário com deficiência visual no curso.

As pesquisas realizadas na perspectiva da inclusão no Ensino Superior vem sendo cada vez mais difundida, no entanto, cada universidade apresenta algo relevante a ser considerado, seja, nas políticas públicas que precisam ser observadas, seja na estrutura predial que precisa ser adaptada para esses discentes, ou nas práticas dos docentes em demonstrar mais interesses para renovarem suas maneiras de ensinar no contexto da educação inclusiva. Em sua grande maioria ainda há muito que se fazer para que a inclusão de fato aconteça no Ensino Superior.

Apontamentos sobre o processo de inclusão no Ensino Superior com bases literárias de autores que trabalham nessa temática

O indivíduo ao ingressar em uma instituição de ensino tem a possibilidade de sair do universo familiar biológico e adentrar em outro ambiente que aos poucos pode também se construir certa familiaridade e vínculos afetivos ou, se confrontar com uma realidade totalmente diferente daquela caixinha ou bolha protetora em que vivia, mas esse novo com o tempo pode lhe favorecer outras condições. Por isso, Mantoan (2003) reflete sobre essa possibilidade de as pessoas se transformarem.

Existe a possibilidade de as pessoas se transformarem, mudarem suas práticas de vida, enxergarem de outros ângulos o mesmo objeto/situação, conseguirem ultrapassar obstáculos que julgam intransponíveis, sentirem-se capazes de realizar o que tanto temiam, serem movidas por paixões... Essa transformação move o mundo, modifica-o, torna-o diferente, porque passamos a enxergá-lo e a vivê-lo de um outro modo, que vai atingi-lo e mudá-lo, ainda que aos poucos e parcialmente (MANTOAN, 2003, p.06).

Dessa forma, vemos que o indivíduo, nos relacionamentos, até nas contradições constroem autoestima e capacidade para reflexão, por isso todo ser precisa ser envolvido num contexto não somente familiar, mas social, que lhe ajude a desenvolver a si mesmo. Segundo Vygotsky, “a subjetividade não nasce com o indivíduo vai se desenvolvendo conforme o ambiente em que está inserido” (BOCK, 2008, p.72).

Essa subjetividade traz consigo o exercício da experiência que somos capazes de adquirir até com as diferenças nas quais nos deparamos e no ambiente universitário o discente tem a oportunidade de aprender com essas diferenças e respeitá-las. “É preciso que tenhamos o direito

de sermos diferente quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (SANTOS, 1995, Apud in MANTOAN, 2003, p.34). A capacidade de se colocar no lugar do outro se constitui em uma tarefa muito difícil, mas por meio dela, a possibilidade de respeitar as diferenças e conviver melhor com as suas próprias singularidades aumenta muito.

Perceber a diferença presente nos contextos educacionais é fundamental para que posturas inclusivas se construam. Não depende apenas de discorrer sobre a inclusão, mas de buscar conhecer realmente o que é incluir que independente das diferenças de pluralidade, raça, cor, credo religioso, depende de todos. A autora Pieckowski (2009) diz.

Algumas pessoas compreendem que a oferta de condições diferenciadas às pessoas com deficiência significa privilégios ou atitudes discriminatórias. Diferente disso, o tratamento diferenciado é uma necessidade se quisermos oferecer condições igualitárias. As adaptações nas estruturas físicas podem beneficiar toda e qualquer pessoa, mesmo que seja temporariamente. Isso nos alerta para o quanto somos suscetíveis, ou seja, como a falada “normalidade” é uma condição tênue. (PIECZKOWSKI, 2009, p.07).

Outro fator aliado as condições discriminatórias são refletidos nas atitudes de alguns do corpo docente que essa autora reforça como barreiras nas atitudes, uma vez que a maioria do corpo docente ao se deparar com um discente com deficiência, a princípio, até adota uma postura entusiasmada para ensinar, porém passado algum tempo esquece da necessidade de continuar com a mesma aplicação eficaz a outro estudante que talvez necessite desse mesmo ânimo diferenciado para transmitir o conhecimento.

Existem, também, barreiras atitudinais. Alguns docentes se mostram receosos no contato com pessoas com deficiências. Relatos apontam que eles assumem posturas inclusivas quando alertados para a necessidade, mas parecem se esquecerem delas passado algum tempo, o que revela que tais conhecimentos não foram incorporados (PIECZKOWSKI, 2009, p.10).

Mesmo assim, não se pode omitir a presença dos alunos matriculados. Divulgar debates concernentes à inclusão ou acessibilidade de pessoas com deficiência torna-se relevante para que de alguma forma possam surtir efeito positivo nas universidades. Araújo (2020, p.02) reforça que, “diante das barreiras que perpassam o processo de inclusão no ensino superior, entendemos como desafio romper com determinados paradigmas estabelecidos e arraigados que ainda são dominantes no meio acadêmico”.

E tratar do tema envolvendo a inclusão de estudantes universitários com deficiência nos remete a pensar sobre as Universidades que vêm adotando esse fator para a melhoria da aprendizagem aos discentes que necessitam desse olhar inclusivo e o que ainda se ver em

universidades atuais é a visão distorcida do tratamento diferenciado às pessoas com necessidades educacionais especiais.

O comportamento do professor que ignora os alunos com necessidades educacionais especiais quanto o daquele que se coloca contra a permanência deles em sala de aula (a fuga e o ataque) podem resultar do sentimento de ameaça que não encontra continente na instituição. Para que a educação inclusiva possa avançar, é de fundamental importância que a atitude de todos os que participam do processo educacional possa encontrar espaço de acolhimento e transformação (FERRARI, 2007, p.10)

Vale ressaltar que há um grande trajeto a percorrer em vista das dificuldades observadas em vários momentos do ensino no Nível Superior e que há diversos desafios a serem superados para garantir de fato a inclusão dos acadêmicos no Ensino Superior. O que fica claro é que a educação inclusiva nas universidades necessita ser reforçada, ainda mais por formar cidadãos formadores de opinião. Para Ferreira (2004), as universidades precisam levar os professores a refletirem sobre suas práticas.

O debate sobre a adoção de práticas mais inclusivas ainda se mantém à margem das universidades e dos programas de formação de professores. Espero estimular o debate sobre o papel das instituições de ensino superior na educação inclusiva e levar os professores a refletir sobre as suas práticas pedagógicas (FERREIRA, 2004, p.27).

A autora comenta em seus estudos que verificou-se uma intensa atividade em muitos países, visando a modificação das políticas e das práticas educativas numa direção mais inclusiva e concorda que não restam dúvidas de que tem havido um progresso, embora se mantenha limitado a pequenos projetos, diz ainda que o progresso tem sido dificultado pela confusão generalizada ainda existente sobre o que de fato significa “inclusão”, “sem margem de dúvida, que a reforma educativa é particularmente difícil em contextos em que não existe uma compreensão comum sobre aquilo que significa este conceito” (FERREIRA, 2004, p.18).

A própria sociedade visa a universidade como um setor restrito e acaba julgando seus entes familiares com deficiências, pessoas desmerecedoras de adentrarem à essa outra fase do conhecimento quando saem do ensino médio. Competiria a universidade reforçar as ações de inclusão. A esse respeito Miranda, (2012) diz:

[...] tais sujeitos estariam aos cuidados da educação básica, aparecendo nos cursos superiores, especialmente os de formação de professores, como “temática”, principalmente na forma de disciplinas onde conteúdos considerados importantes para a área fossem estudados. Nesse enfoque, caberia à universidade prover assessoria e acompanhamento à educação inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: primeiras aproximações básicas, e as ações de inclusão escolar em execução nesta constituir-se-iam em objeto de pesquisa (MIRANDA, 2012, p.369).

Dentre essas ações de pesquisa a universidade tem a oportunidade de se unir com as próprias escolas das redes municipais, estaduais e privadas para alcançar esses estudantes antes

de chegarem à universidade, dessa forma, romperia algumas barreiras, para isso elas poderiam evidenciar as limitações que cercam os indivíduos excluídos. Miranda (2012), argumenta o seguinte:

a pergunta que nós fazíamos era: como as barreiras do ensino superior serão quebradas, se não forem evidenciadas? Para poder evidenciá-las, se fazia necessário que as variadas necessidades fossem experimentadas por usuários que vivenciassem de fato a situação de deficiência, e não poderíamos esperar que esses usuários ultrapassassem, por mérito e esforço próprio, as barreiras dos processos seletivos, o que pode levar muito tempo. A forma que encontramos de começar a evidenciar as limitações da universidade, até o momento invisíveis, imperceptíveis e pouco sentidas para/por nós, era trazer, através de uma proposta de extensão/ensino/pesquisa de preparação para o vestibular, pessoas cegas e surdas para dentro do campus (MIRANDA, 2012, p.372).

Essa proposta que Miranda ressalta é relevante porque está em consonância com o documento da UNESCO (1994, p.10) que diz que “é importante o envolvimento ativo de pessoas portadoras⁵ de deficiência em pesquisa e em treinamento que se assegure que suas perspectivas sejam completamente levadas em consideração”. De certa forma esse experimento pode criar uma expectativa positiva e estimulante para esses estudantes ainda fora do âmbito acadêmico. A essa problemática alia-se o desconhecimento das pessoas que veem o indivíduo com deficiência como alguém frágil de conviver com os demais.

Vimos aí que inclusão é uma conquista a ser alcançada e na educação superior não é diferente, é imprescindível que haja pessoa capacitada para melhor atender a um ensino mais eficaz à pessoa com deficiência. Segundo Mittler (2003, p. 35), “A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional.”

A formação docente precisa ser repensada, com propostas de reconstrução para capacitar os professores através de um processo permanente de desenvolvimento profissional envolvendo formação inicial e continuada, oportunizando assim a construção e ampliação de suas habilidades para trabalhar o ensino inclusivo com o objetivo de alcançar todas as pessoas com necessidade educacionais especiais nas suas diferentes necessidades de aprendizagens.

Sabemos que há uma grande tarefa outorgada ao professor, porém pouco poderá ser feito se aliado a isto as políticas de Educação Inclusiva não forem respeitadas pelos governos a quem compete realizar esse fator, por isso Glat (2009) relembra que

A política de Educação Inclusiva diz respeito à responsabilidade dos governos e dos sistemas escolares de cada país [...]esse processo vem se acelerando, sobretudo, a

⁵ O termo portador aparece no texto devido ao ano da citação. A partir de 2006 o termo deixou de ser utilizado e passou ser adotado pessoa com deficiência.

partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil (GLAT, 2009 p.16).

Isso de alguma forma solicitará do educador atividades extras de capacitação. É de suma importância nas universidades os educadores também tenham olhar pelo viés da inclusão e uma das coisas que pode limitar isso é o preconceito por não ter o conhecimento.

Principais determinações sobre a inclusão nos instrumentos de planejamento da Universidade do Estado do Amazonas

Fazendo um recorte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) podemos observar que é um documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, bem como à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. O PDI dispõe como missão: “promover a educação, construir o conhecimento científico e fomentar a inovação tecnológica para atender às demandas e se integrar com a sociedade de forma a superar o desafio de desenvolver a Amazônia com sustentabilidade” (UEA, 2017, p. 25).

Dessa forma, atualmente o PDI que regulamenta as normas da instituição na UEA é o de 2017 a 2021. O que podemos observar a respeito das questões de inclusão estão em dois pontos: a Inclusão Social e a Inclusão educacional. A primeira visa oferecer igualdade de condições àqueles que desejam ingressar na instituição, dispõe de ações afirmativas desenvolvidas através da sua Política de Cotas que segue as determinações dispostas na Lei nº 2.894/2004. Uma das regras afirma o seguinte: a UEA reserva 5% do total de vagas a candidatos que comprovem possuir deficiência por laudo pericial e que concluíram o ensino médio no Estado do Amazonas.

A segunda preconiza o movimento mundial pela Educação Inclusiva, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação nacional – LDB nº 9.394/96, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), dentre outros documentos legais nacionais que versam sobre a temática, a Universidade do Estado do Amazonas dispõe de ações afirmativas por meio de seu Programa de Inclusão e acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais – PIAPNE/UEA (Resolução nº 010/2011-CONSUNIV/UEA) que contempla as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tais como:

I - Promover o ingresso, o acesso, permanência e a identificação de estudantes, professores e técnico administrativos com necessidades educacionais especiais e demais pessoas da comunidade em geral na Universidade do Estado do Amazonas – UEA; II - Identificar as barreiras arquitetônicas, mantendo o acompanhamento de soluções estabelecidas em mapa de eliminação das mesmas nas unidades da UEA; III - Instituir os Núcleos de Acessibilidade à comunidade acadêmica para abrigar tecnologias assistivas, recursos didáticos e apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e estabelecer o processo avaliativo dos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; IV – Oferecer recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, com vistas ao apoio para a elaboração, implantação e execução dos projetos pedagógicos dos cursos e melhores condições de acesso às informações por meio de intérprete de LIBRAS; V- Garantir a formação continuada para os professores e funcionários, por meio dos Núcleos de Acessibilidade; VI - Ampliar no seu corpo constitutivo, profissionais habilitados para a oferta de disciplina e cursos de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e de Educação; VII - Estimular o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e apoiar à realização de eventos cuja abordagem seja a inclusão social e educacional de pessoas com necessidades especiais; VIII - Garantir o atendimento prioritário às pessoas com deficiência, formando uma cultura de inclusão na Universidade do Estado do Amazonas; IX – Ampliar a oferta de Bolsa Tutoria para apoio acadêmico ao discente com deficiência (UEA, 2017, p.220).

Assim, por meio desse instrumento de planejamento da Universidade do Estado do Amazonas fica evidente que essa instituição até abre, de certa forma, esse espaço para que a inclusão ao menos inicial, realmente ocorra. Contudo, há uma contradição entre o que o PDI determina e o que de fato acontece na prática.

Em um trabalho publicado recentemente por Araújo e Benjamim (2020) consta um relato de um estudante cego egresso da UEA que não foi contemplado com a política de inclusão conforme determina o PDI de instituição.

Comecei a participar dos debates e ser mais participativo nas aulas, mas como nem tudo são flores continuei tendo dificuldades para acessar os textos. Tinha o programa para ler, no entanto os textos não estavam em PDF e o programa só lia se estivesse nesse formato. Os momentos que mais gostava eram quando solicitavam que fizéssemos seminários em grupo, nos reuníamos para estudar os textos de maneira que eu tinha contato direto com o assunto, dessa forma, ocorria à equidade na aprendizagem. Sentia-me muito mais incluído além de fazer ótimas apresentações. Também fazíamos provas orais e optativas. Tanto os professores quanto eu não tínhamos o domínio do método Braille. Infelizmente ainda não há formação docente voltada para trabalhar com pessoas que tem alguma necessidade educacional especial. A universidade erra quando não se preocupa em formar os professores para que aprendam a lidar com as diferenças e quando não problematiza essa questão. As pessoas com deficiência sofrem os mais diversos tipos de exclusão (ARAUJO; BENJAMIM, 2020, p.10).

Outro trabalho que reforça essa contradição no cotidiano acadêmico da UEA, de modo específico no Centro de Estudos Superiores de Tefé, discorre sobre os “*Relatos de uma professora sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior*”. Segue um dos relatos da professora destacados no texto de Araújo e Glat (2020, p. 10).

Se a gente for pensar, qual é a política de inclusão que a 'universidade' faz para o aluno? É só uma: buscar o monitor para o aluno. Pelo menos do que eu acompanho. Passou dessa questão de buscar o monitor para o aluno a gente não ver nenhuma outra ação de inclusão para o aluno. Isso aí é para o estudante indígena e outros. Na verdade, é uma falsa inclusão. Fala que está fazendo a inclusão. Mas, na verdade você não cria, não propicia discussão, se não quer fazer a política de inclusão, ah! Poderia pelo menos nos encontros pedagógicos poderia pelo menos ouvir as práticas que os professores têm com relação a isso daí. Isso aí não existe mesmo.

Essa realidade que as autoras comentam é o reflexo de tantas outras universidades que tem em seu documento de PDI (Plano de desenvolvimento Institucional) todo organizado conforme a lei prescreve, porém na prática estagna-se e não ocorre de fato.

Perceber a diferença presente nos contextos educacionais é fundamental para que posturas inclusivas se construam. Não depende apenas de discursar sobre a inclusão, mas de buscar conhecer a essência do que é incluir, independente das diferenças. Percebe-se que esse foco está voltado para a educação básica e a prática dessa proposta na educação superior recebe pouca atenção para que sejam realmente incorporados (SOUZA; ARAÚJO, 2019, p.143).

Dessa maneira, podemos dizer que ainda é um grande desafio a luta sobre a educação inclusiva. A exclusão está longe de amenizar, medidas mais eficazes precisam ser realmente tomadas. A própria sociedade perde, uma vez que não consegue aplicar na prática o seu próprio instrumento de planejamento.

Metodologia

No procedimento metodológico é imprescindível destacarmos antes de tudo que as ciências não se constituem de fato se não houver um método que a caracterize e o melhor método é aquele que esteja de acordo com seu desenvolvimento, por isso Lakatos (2019, p.79) “define-o como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimento válido e verdadeiro, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador”.

Daí a importância do método como parte de um procedimento que vai contribuir com o objetivo da pesquisa e para melhor resultado. Neste sentido, optamos pela pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado

sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer, publicadas, quer gravadas (MARCONI, 2002, p. 67).

Na base bibliográfica discorreremos sobre autores que discutem e pesquisam a educação inclusiva das pessoas com deficiência. A abordagem escolhida foi a qualitativa, uma vez que ela não se limita a um só objetivo, porém se estabelece em diferentes aspectos e procedimentos que reforçam discursões e práticas. A respeito disso Flick (2009, p. 25) discorre que “A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discursões e a prática da pesquisa”. Dessa forma, destacamos que a pesquisa de abordagem qualitativa não é algo unificado, mas compreende em diferentes enfoques teóricos que apresentam ampla perceptibilidade que se propõe arriscar.

A análise qualitativa conduz o pesquisador em contato direto com o objeto de estudo para melhor compreender o fenômeno. E tem se assegurado como ótima forma de investigação em pesquisas realizadas na educação que se caracterizam pelo aspecto compreensível. Figueiredo (2008, p. 96-96) embasa que essa abordagem por se “trabalhar com dados não quantificáveis, coletam e analisam materiais pouco estruturados e narrativos, que não necessitam tanto de uma estrutura”. Dessa maneira, podemos observar a importância da escolha metodológica para essa pesquisa.

Considerações finais

Ler, estudar e pesquisar sobre os desafios da inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior, além de ter fornecido maior sensibilidade no viés de uma educação que respeite as diferenças, permitiu ampliar os conhecimentos, pois, uma vez que alguém se entrega realmente ao olhar inclusivo, ou seja, o que de fato a inclusão pode fazer quando entendida, assistida e colocada em prática, o indivíduo nunca mais é o mesmo.

Podemos dizer que os estudantes com deficiência no Ensino Superior enfrentam muitos desafios que perpassam a realidade de outros estudantes que não enfrentam as mesmas limitações, seja cognitiva, ou de mobilidade, ou porque precisam de um aparelho auditivo, ou de um intérprete, ou de uma cadeira de rodas, ou de cão guia, são tantos os fatores que parecem distanciar os grupos historicamente marginalizados dos que ainda não precisam de um diferencial inclusivo que os atenda, dizemos, ainda, porque essas diferenças ao que tudo indica

podem surgir e atingir qualquer indivíduo com o passar do tempo, por exemplo, alguém que tinha ótima condição para enxergar, mais tarde, pode precisar adquirir um óculos com o grau bem elevado para sua leitura. Dessa forma, os desafios podem até crescer em grande parte para toda a sociedade.

É imprescindível que as políticas de inclusão se consolidem na prática. Bem como, o desafio da inclusão possa de alguma forma fazer parte das discussões que alcancem e enfatizem as lutas em favor da melhoria e aplicação dessas leis que amparam a pessoa com deficiência e o estudante diferente possa sempre ter a mesma perspectiva dos demais colegas, é preciso que seus anseios também sejam correspondidos. Assim, atenderá uma proposta mais eficaz que promova a continuação deles no Ensino Superior em seu crescimento acadêmico, libertador e profissional.

As pesquisas no viés da inclusão apontaram que de fato ainda existem muitos obstáculos, para a educação no Ensino Superior como: barreiras arquitetônicas nas universidades que limitam o melhor acesso dos alunos que precisam se locomover facilmente, a falta de discussões que mobilizem os próprios professores para se sensibilizarem sobre a necessidade de apresentar uma metodologia mais inclusiva, no próprio acolhimento que esse estudante precisa ter diante dos colegas e professores, são barreiras que sempre aparecem como reflexo de uma inclusão que realmente não ocorre.

Nesse momento é importante ressaltar que os autores trazem suas discussões baseadas nas experiências que eles encontraram em suas próprias vivências como educadores e que os incomodou, os intrigou e posteriormente se consolidou em pesquisas que nos chamam atenção pela realidade dos fatos apresentados.

Dessa forma, destacamos que o respeito às diferenças deve estar entre os seres humanos, ser diferente precisa ser normal para todos. Ao mesmo tempo em que as pessoas podem respeitar as diferenças podem modificar suas más atitudes de forma a respeitar a diferença do outro e adotar práticas mais inclusivas no âmbito universitário.

Pensar numa educação mais inclusiva é pensar numa sociedade que perpassa os valores excludentes ainda existentes em uma sociedade marcada pela história de segregação, integração, preconceito e exclusão, esperamos que a sociedade do futuro realmente amadureça para o valor do respeito as diferenças de todos indivíduos seja, branco, preto, amarelo, pardo, caboclo, indígena, estrangeiro, gordo, magro, religioso, ateu, cego, surdo, pessoa usuária de cadeira de rodas, deficiências em geral, com diferenças diversas. As diferenças sempre existiram, porém sejamos livres. “Desse modo não existe diferença entre judeus e não judeus,

entre escravos e pessoas livres, entre homens e mulheres: todos vocês são um só por estarem unidos com Cristo Jesus” (NTLH - Gálatas 3:28).

Portanto, esperamos que esse trabalho possa contribuir de alguma maneira para que a os desafios da inclusão de estudantes no Ensino Superior sejam minimizados e que a inclusão se torne cada vez mais difundida e apareça também nos trabalhos acadêmicos, de estudantes tanto com deficiência, quanto aos daqueles que adquirirem a sensibilidade, a equidade, a alteridade e a empatia para fortalecer a inclusão.

Referências

ARAÚJO, Monica Dias de; GLAT, Rosana. Relatos de uma professora sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. In: **Anais do Simpósio Nacional de Pesquisa do Doutorado Interinstitucional em Educação-UERJ/UEA; Ciclo Nacional de Debates Interdisciplinares CEST/UEA; Seminário EDUCA; Semana da Pedagogia; Mostra da Residência Pedagógica de Tefé e PIBID-CEST-UEA**. Anais...Tefé (AM) UEA, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/cicloeduca/225400-relatos-de-uma-professora-sobre-a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-no-ensino-superior/>

BENJAMIM, Raimundo da Silva; ARAÚJO, Monica Dias de. ENTRE A CEGUEIRA DOS OLHOS E A DEFICIÊNCIA DE QUEM NÃO QUER ENXERGAR. In: **Anais do Simpósio Nacional de Pesquisa do Doutorado Interinstitucional em Educação-UERJ/UEA; Ciclo Nacional de Debates Interdisciplinares CEST/UEA; Seminário EDUCA; Semana da Pedagogia; Mostra da Residência Pedagógica de Tefé e PIBID-CEST-UEA**. Anais...Tefé (AM) UEA, 2020. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/cicloeduca/225995-entre-a-cegueira-dos-olhos-e-a-deficiencia-de-quem-nao-quer-enxergar>>. acesso em: 11/05/2020 11:53

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Programa Universidade para todos (PROUNI)**. Brasília, DF, Lei nº 13.146, de 13 de janeiro de 2005.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, **Lei Brasileira de Inclusão**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **[Plano Nacional de Educação (PNE)]**. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Leinº 10.260, de 12 de julho de 2001**. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_lei1020_pdf acesso em: 09.11.2020.

BRASIL, Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, **de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Brasília: 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> acesso em 09. 11. 2020.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia/** Ana Mercês Bahia Bock, Odair Furtado, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. - 14ª edição – São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOLANT. Katia Iribarem Cholant. **A sala de recursos de uma instituição de ensino superior como apoio à inclusão de pessoas com deficiência.** Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2017). Acesso: Em 01/09/20.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** 2ª edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. Ed. – [3. Reimpr.]. – São Paulo Atlas, 2019.

FERREIRA. Windyz Ferreira. **The Enabling Education Network (EENET) c/o Educational Support and Inclusion School of Education.** The University of Manchester Manchester M13 9PLUK. Enabling Education (8), 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa/**Uwe Flick; tradução Joice Elias Costa - 3.Ed - Porto Alegre, 2009.

FIGUEIREDO, Nélia. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica/organização-3.ed.** São Caetano do Sul, Yendis Editora, 2008.

FERRARI. Marian A. L. Dias Ferrari & Marie. Claire Sekkel. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio.** Universidade de São Paulo, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglêr. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Maria Teresa Eglêr Mantoan. – São Paulo: Moderna. 2003 – (coleção cotidiano escolar).

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados /** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MEC, Ministério da Educação. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),** Plano Nacional de Educação. Congresso Nacional em 26 de junho de 2014.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: **Contextos Sociais.** Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

MIRANDA, Theresinha. **O Professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Theresinha Guimarães Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho, organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2012.

NTLH, **Nova Tradução na Linguagem de Hoje 2000,** Sociedade Bíblica do Brasil.

OLIVEIRA. Claudeson Vilela de Oliveira. **Práticas Pedagógicas e Serviços de Apoio na Educação Superior: Promovendo A Permanência do Aluno Cego.** Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2017). Acesso: Em 01/09/20.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. **Estudantes com necessidades especiais no ensino superior**. In: VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezanatto (Org.). Leituras da docência da educação superior. Curitiba: CRV, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Emani Cesar de Freitas. – 2. Ed. – Novo Hamurgo: Freevale, 2013.

RANGEL. Aline Batista Rangel. **Inclusão De Pessoas Com Deficiência Na Universidade Federal Fluminense: Acesso E Permanência, Possibilidades E Desafios**. Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2015). Acesso: Em 01/09/20.

SANTANA. Eder Da Silva Santana. **Atitudes De Estudantes Universitários Frente A Alunos Com Deficiência Na Unesp De Presidente Prudente**. Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2013). Acesso: Em 01/09/20.

SOARES. Luciana Soares. **Inclusão no Ensino Superior: Sentidos Atribuídos por Acadêmicos com Deficiência**. Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2014). Acesso: Em 01/09/20.

SOUZA, Rosangela Gomes; ARAÚJO, Monica Dias de. **O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais nos cursos de licenciaturas**. In: Anais do IV Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/download/download/107-1.pdf>; acesso em: 09.11.2020

SOUZA. Teana Fatima Brandao De Souza. **Políticas públicas para a pessoa com deficiência na UFC: a percepção dos alunos com deficiência visual**. Banco, Teses e dissertações da CAPES. (2014). Acesso: Em 01/09/20.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

UNESCO, **Marco de Ação da Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e à educação ao longo da vida para todos**. Brasília, 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, **Plano de Desenvolvimento Institucional (2017-2021)**. Manaus: Edições gráficas, 2017. <Http://www.pdi.uea.edu.br/categoria.php?area=c10>. Acesso em: 01/09/20.